

ENSINO SUPERIOR: QUAL CAMINHO SEGUIR?

*Frederico César do Carmo**

O Congresso Nacional está debatendo a chamada Reforma Universitária. Este conjunto de leis versa sobre uma série de mudanças que o Governo pretende implantar nas Universidades, Faculdades e Centros de Ensino Superior do país. Muitas destas mudanças já estão em andamento, como a implantação do ProUni (Programa de Bolsas) e a possibilidade das instituições serem transformadas em empresas (deixarem de ser filantrópicas).

Mas o que pretendo neste ensaio é discutir, a partir das transformações que estão acontecendo no mundo e no Brasil, questões que atingem diretamente as instituições de Ensino Superior independente dos temas que estão sendo debatidos no Congresso Nacional, que, no meu ponto de vista não tocam na questão central: a camisa-de-força que se tornou o ensino superior. Em que pesem todas as exigências do MEC, as modernas instalações das Instituições Privadas, com bonitas salas, auditórios, laboratórios, computadores, projetores, etc., ainda nos encontramos em um modelo de educação tal como era realizado 100 anos atrás, quando, na sala de aula, o professor (geralmente em pé) expõe seu conteúdo a um grupo de alunos passivamente sentados em suas carteiras. Sabemos que as instituições seguem as determinações dos órgãos máximos da educação no país e que dificilmente podem fugir a estas determinações, sendo raras as exceções, e que correm grandes riscos por ousar caminhos alternativos.

Claro que hoje o aluno é diferente, participa das aulas, pode discutir, traz conteúdos, etc, etc. Na outra ponta também temos professores que conseguem transformar criativamente

este modelo em algo agradável e realmente produtivo, mas aqui também encontramos poucos exemplos que ilustram estas diferenças. Na essência, o modelo de ensino hoje imposto pelo MEC e seguido à risca pelas Instituições de Ensino Superior (para não serem mal avaliadas) não está preparando nossos jovens para enfrentar os desafios da atualidade, muito menos os do futuro próximo. Até quando nossos alunos serão obrigados a assistir aulas cinco vezes por semana, quase quatro horas por dia? Principalmente quando sabemos que mais de 70% de tudo que é “ensinado” poderia ser aprendido por qualquer pessoa alfabetizada e que tivesse acesso a livros e outras fontes de informação.

E o incrível disto tudo é que, quando falo isso para os meus alunos ou colegas de profissão, grande parte deles repudia esta idéia e considera uma heresia o aluno em algum momento prescindir da presença do professor para seu aprendizado. São conservadores ao extremo. Em relação aos alunos, sem querer generalizar, fazem a sua parte, ou seja, pagam a mensalidade (nas instituições privadas), sentam-se em suas cadeiras e deixam a responsabilidade de ensinar ao professor, pois a parte deles já está feita. Um absurdo.

Tal qual a maioria das escolas do ensino médio, as Instituições de Ensino Superior estão oferecendo ensino compartimentalizado. Aquelas tais gavetas de conhecimento que o aluno abre nos horários de suas disciplinas e fecha ao final para abrir a próxima. O esforço da interdisciplinaridade se perde na execução obrigatória do conteúdo programático, na dificuldade legal-trabalhista de professores ministrarem aulas em conjunto, na burocracia aca-

* *Cientista Social, pós-graduado em Métodos Estatísticos e Mestre em Educação. Atualmente desenvolve trabalhos na área de Educação à Distância e Novas Tecnologias.*

dêmica e na figura do professor hora-aula (que não tem tempo discutir o Ensino, pois tem outra hora-aula em outra instituição) e aí daquele aluno que resolveu um dia trocar algumas aulas por uma palestra, um programa interessante na TV, uma visita a uma empresa ou organização ou um encontro de estudantes. Será penalizado com falta e reprovação, como se o seu pensamento crítico pudesse ser composto por módulos de aulas, matérias pré-definidos e seu corpo presente.

Quando falo isso em sala de aula ou em palestras, sempre aparece alguém para questionar: então como deveria ser, professor? E eu respondo com a humildade de quem sabe que às vezes o discurso é muito mais fácil que a prática:

Caro amigo, meus estudos na graduação e na pós-graduação me colocaram em contato com uma gama enorme de discussões acerca de nossa sociedade e das transformações por que ela está passando, principalmente no que se refere à formação acadêmica. Não possuo bola de cristal e nem tampouco tenho poderes premonitórios, mas meus trabalhos acadêmicos e o contato com autores como Pablo Gentilli, Domenico De Masi, Jeremy Rifkin, Manuel Castells; e outros que debatem temas da atualidade e se esforçam em pesquisar o que nos aguarda no futuro me permitem visualizar novas formas de se fazer a educação, principalmente a Educação Superior.

Inicialmente a educação superior que visualizo, ao contrário do que pensam muitos professores conservadores e donos de agências de propaganda, não tem por objetivo formar pessoas para o mercado de trabalho. O que na minha opinião é um desvio gravíssimo, uma agressão. Em que pesem a importância e a centralidade que o trabalho possui em nossas vidas, principalmente em um país de despossuídos e desempregados como o Brasil, acreditar que uma instituição irá oferecer Ensino Superior para formar pessoas para o mercado é limitar demais o conceito de Educação Superior. Desta forma já começamos mal. Aceitamos de cabeça baixa a condição de país subdesenvolvido condenado a fornecer matéria prima e mão-de-obra. Até quando

nossas elites permitirão esta submissão, esse arremedo de formação?

Acredito na Educação Superior como um espaço para formação ampla do cidadão, ou seja, que este seja capaz de compreender seu espaço e seu tempo (parafrazeando Ortega y Gasset), para que entenda seu papel neste mundo e as transformações que ocorrem com maior rapidez em todos os campos do saber e do fazer. Não tenham dúvida, diretores e propagandistas, a pessoa que tiver esta formação estará apta ao Mercado de Trabalho, em qualquer parte do planeta. Porque ela estará capacitada a se entender primeiro, entender o outro e entender o mundo por conta própria. Será uma pessoa livre.

Obrigando os alunos de uma Instituição de Ensino Superior assistirem determinadas matérias por período letivo é por demais lesivo à capacidade e à criatividade das pessoas. Que tal se, ao invés de termos disciplinas obrigatórias, tivéssemos espaços (podemos aproveitar as salas de aula) onde cada professor poderia apresentar e discutir os conhecimentos adquiridos nos anos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. O aluno poderia optar pela aula (sala) de economia, sociologia, semiótica, logística, fotografia ou TGA. Poderia optar por assistir uma teleconferência no auditório com um especialista sobre Desenvolvimento Sustentável que estaria falando dos Estados Unidos. Nesta noite talvez o aluno, de sua casa, fizesse a opção de participar de um *chat* com um professor de filosofia da instituição onde ele está matriculado, onde alunos de outras instituições do mundo poderiam participar. Poderia fazer uma visita virtual orientada a um museu ou laboratório em qualquer lugar do Planeta. Claro que já temos tecnologia de sobra para isto e o limite será o limite da nossa capacidade de pensar estas possibilidades.

Mas aí, aquela pessoa cética me questiona novamente: mas como seriam as frequências, provas, as avaliações, e as notas, professor? Eu novamente lhe respondo:

Não haveria provas, meu caro amigo. Ao final de cada semestre letivo, os alunos, orientados pelos professores das instituições, depois

de participarem de variadas discussões, assistirem a inúmeras palestras de especialistas, participarem de alguns *chats*, estudarem autores relacionados ao tema de seu curso ou disciplina, apresentariam um trabalho (de natureza variada). Este sim, fruto das suas pesquisas, contatos, diálogos, incertezas e prazeres que somente o exercício do aprender oferece. Neste momento sim, com as críticas dos professores e o debate, estaríamos realmente gerando conhecimento.

Não me iludo em acreditar que estas transformações acontecerão da noite para o dia, mas também não duvido que demorarão a acontecer, pois de fato já estão acontecendo. Segundo matéria do Jornal Folha de São Paulo (19/04/05), em pesquisa realizada pelo Instituto Monitor em 2004, pelo menos 1.137.908 de brasileiros se beneficiaram de algum curso de ensino à distância no país. Deste total, 309.957 estavam matriculadas em cursos credenciados por conselhos de educação (federal, estadual ou municipal). Discute-se já abertamente a possibilidade de certificações intermediárias (para o caso do aluno ter cursado apenas dois períodos letivos), e tantas outras questões que infelizmente ainda deixam alguns diretores, profes-

sores, pais de alunos e alunos de cabelo em pé. Sei que não será fácil mudar a nossa cultura da diplomação, da sociedade de bacharéis.

E, por fim, por que insistir em um modelo de educação presencial com chamadas diárias (tempo precioso que poderia ser utilizado de outra forma)? Exigência de presença física do aluno em no mínimo 75% das aulas, não aprovar um aluno em determinada matéria por ter tirado 6,5 e não 7, deixa nossa educação e nossos filhos empobrecidos do elemento de que eles irão mais necessitar: a liberdade de criação (de tomada de decisão).

Para aqueles que concordam em parte com as idéias apresentadas neste texto, não se incomodem de passá-lo à frente, de fazer acréscimos ou retirar aquilo em que não acreditam. O importante é que este debate seja colocado para a sociedade de forma aberta e franca e que nós, professores, alunos, diretores de instituições e demais pessoas interessadas, possamos transformar a realidade antes que percamos mais este vagão. Foram tantos os trens da história e tantos vagões que não sei se ainda teremos muitos outros para embarcar. Até a próxima.